

**AgInt na EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 7.386 -
DF (2014/0104448-5)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO
AGRAVANTE : UNIÃO
**AGRAVADO : SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DO
AMAPÁ - SINDPOL/AP**
ADVOGADO : MARCELO LAVOCAT GALVÃO E OUTRO - DF010958
INTERES. : CISINA DE ARAUJO BRAGA
INTERES. : CLEANDRO DOS SANTOS RODRIGUES
INTERES. : CLEBER WELLINGTON VAZ DOS SANTOS
INTERES. : CLELCIANE DOS SANTOS RODRIGUES
INTERES. : CLELCIMAR DOS SANTOS RODRIGUES
INTERES. : CLEOMILDA FERREIRA DE ALMEIDA
INTERES. : CLEUBE MARIA DA SILVA BARROS
INTERES. : CRISOLETE PALMEIRIM SANTANA
ADVOGADO : DIEGO MICHEL COSTA BARBOSA - DF036232
INTERES. : CRISTIANA FERREIRA LEITE
INTERES. : CRISTIANE MONTELES DA COSTA
INTERES. : DAYLANA MENDONÇA DA COSTA
INTERES. : DELFINO FERREIRA LEITE
INTERES. : DENISE SOCORRO MACIEL DE ARAUJO MATOS
INTERES. : DEURIZE PALMEIRIM DE SANTANA
ADVOGADO : DIEGO MICHEL COSTA BARBOSA - DF036232
INTERES. : DINA NUNES TORRINHA
INTERES. : DOMINGAS DE SOUZA PEREIRA PICAÑO
INTERES. : DORA AMANAJAS DA SILVA
INTERES. : DORALINA DE OLIVEIRA SOUZA
INTERES. : DULCINEA BARBOSA DIAS
INTERES. : DVIT NEVES VALENTE
INTERES. : EDER FABRICIO SOARES RODRIGUES
INTERES. : EDMILSON DE OLIVEIRA SOUZA
INTERES. : EDUARDA CABRAL SILVA
INTERES. : EDUARDO HENRIQUE DA SILVA BRAGA
INTERES. : ELIANE MORAES DE MIRANDA
ADVOGADO : EDUARDO MARCOS DE ALMEIDA - DF020026

DECISÃO

A **UNIÃO** interpõe agravo regimental contra a decisão de fls. 699-704, que indeferiu a impugnação apresentada e determinou a Contadoria

Judicial desta Corte que elaborasse novos cálculos.

Em suas razões, alega, em essência, que o STF, em recente decisão, concedeu efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos no RE n. 870.947/SE, de tal sorte que esse fato deve ser considerado.

Além disso, ratifica o parecer técnico do Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União.

O exequente, por sua vez, concorda com os cálculos apresentados pela Contadoria Judicial desta Corte (fl. 798-800).

Decido.

Conforme ficou consignado no relatório da Contadoria Judicial desta Corte, **a metodologia utilizada para a elaboração dos cálculos foi aquela determinada pela decisão que julgou a impugnação**, a qual orientou-se na pacífica jurisprudência desta Corte acerca dos índices de correção e dos juros moratórios.

Entretanto, diante da decisão proferida pelo STF, no bojo do **RE n. 870.947/SE**, da lavra do Ministro **Luiz Fux**, publicada no DJe de 26/9/2018, que **conferiu efeito suspensivo aos embargos de declaração** opostos pelos Estados, a fim de **sobrestar a aplicação do entendimento firmado no referido aresto**, relativamente à aplicação de índice de correção monetária incidente sobre condenações da Fazenda Pública, há que se observar o referido *decisum* especificamente quanto a esse aspecto.

É importante pontuar que o sobrestamento, por se relacionar **apenas ao índice de correção, não interfere no imediato cumprimento da execução**. Assim, deverão ficar bloqueados apenas os valores referentes à diferença entre os índices de correção monetária adotados antes do julgamento do **RE n. 870.947/SE** e aquele firmado em repetitivo por esta Corte. Os referidos valores deverão permanecer em conta vinculada até que se julgue, em definitivo, o tema pelo STF. Após o julgamento, **se for o caso**, o exequente poderá levantá-los.

Ante o exposto, **reconsidero em parte a decisão agravada apenas para** sobrestar o pagamento das diferenças referentes aos índices de correção monetária, nos termos expostos.

Determino a expedição da requisição de pagamento nos termos do apurado pela Contadoria Judicial, cujo valor deverá ser

acrescido dos consectários legais.

Fixo, em favor do exequente, a títulos de honorários sucumbenciais o percentual de 8% do valor do excesso alegado pela União, nos termos do art. 85, § 3º, II, do CPC, levando-se em consideração as diretrizes § 2º do referido dispositivo legal.

Publique-se, intinem-se e cumpra-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

